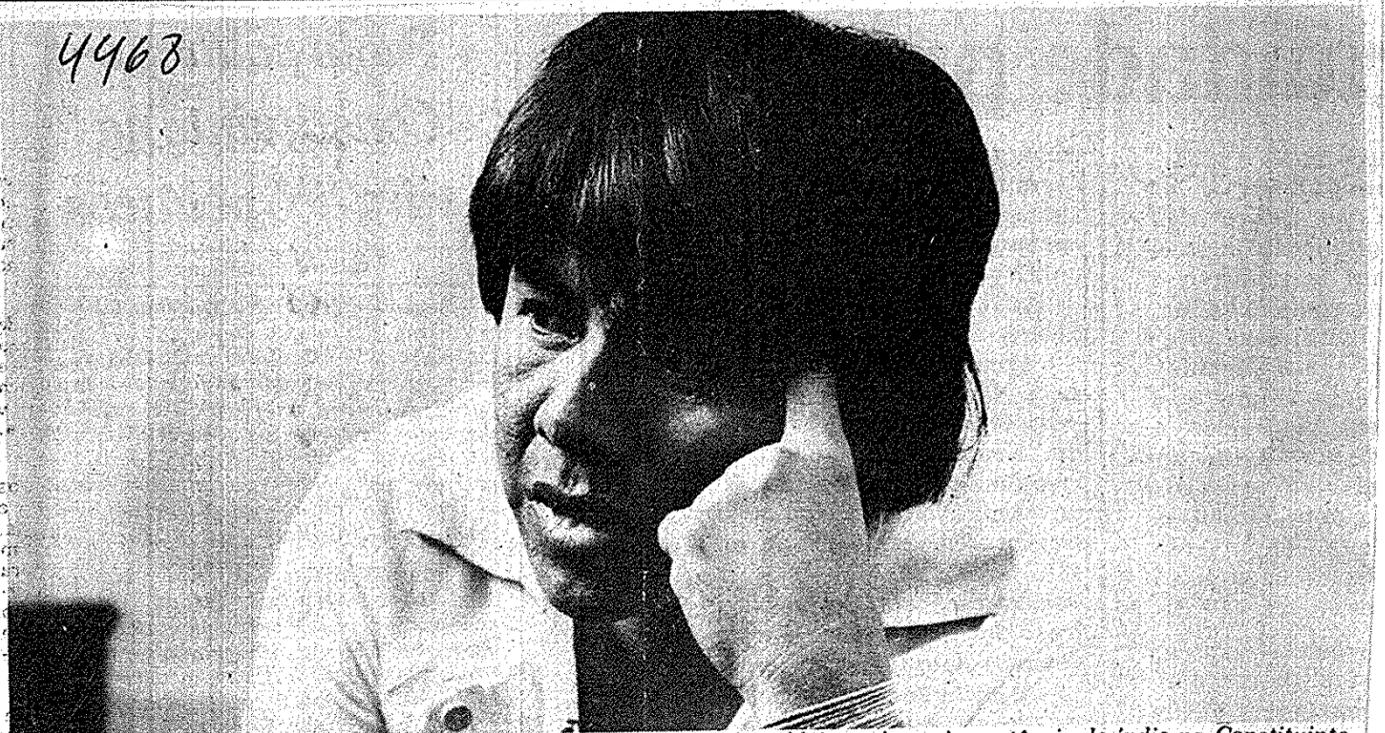


4468



Marcos Terena acha importante começar pela conscientização das aldeias sobre a importância do índio na Constituinte

Índio buscará a Constituinte

Gerson Menezes

A necessidade básica pela terra é a questão que está sendo colocada nas aldeias indígenas para mostrar a importância da participação do índio na Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, explicou ontem Marcos Terena, assessor para Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura, que vem desenvolvendo intenso trabalho nesse sentido juntamente com outros representantes indígenas conhecidos nacionalmente, como Megaron e Idjarruri.

Terena observa que a primeira luta passa a se garantir essa participação na Constituinte, e para isso será preciso usar como estratégia e filiação dos índios a uma legenda partidária, provavelmente o PMDB, o primeiro partido com o qual vêm sendo mantidos contatos com esse objetivo. A participação do índio deve ocorrer mediante a eleição de 5 representantes (dois de São Paulo e um do Distrito Federal, Goiás e Rio de Janeiro), que, após a filiação partidária, tentarão obter o aval da sociedade branca através da eleição como constituintes.

Sensibilidade

Marcos explica que os representantes devem surgir desses quatro Estados porque neles se observa maior sensibilidade em torno da questão indígena. A filiação a um partido político, por outro lado — faz questão de salientar — surge mais como canal de penetração dessas lideranças indígenas do que propriamente como vínculo ideológico. Ele acrescenta ainda que não há preocupação em se escolher indígenas para participarem da Comissão Constitucional destinada a elaborar um esboço da Constituição e, com uma ponta de ironia, explica: "A comissão tem um papel centralizador, e o nosso trabalho é mais voltado para a sociedade brasileira, pois a questão indígena tem uma amplitude muito maior do que essas comissões".

Direito

O primeiro trabalho com vistas à Constituinte vem sendo feito no sentido de conscientizar as aldeias sobre a necessidade dessa participação. Para tanto, parte-se do argumento básico em torno da necessidade da terra para a sobrevivência, ao mesmo tempo em que se procura mostrar ao índio que outros segmentos — fazendeiros, empresários, posseiros — também terão seus representantes. Terena explica que, quando ocorrer a filiação a um partido político, as lideranças indígenas serão trazidas da aldeia para poderem entender melhor o papel da Constituinte e como o trabalho é desenvolvido. "Isso será feito — enfatiza — para se mostrar às lideranças partidárias e à sociedade brasileira que a gente não está falando sozinho". O trabalho, de qualquer modo, é demorado, inclusive por ser necessário fazer o índio entender o papel da "lei" como forma de garantir direitos numa sociedade dita "civilizada". Essas questões já foram discutidas em sociedades indígenas do sul do Pará, Xingu, Bananal, Mato Grosso do Sul e Goiás, entre outras e, além do mais, os índios que estão à frente do trabalho (obviamente pessoas familiarizadas com a sociedade branca) estão sendo incentivados a intensificar seu relacionamento junto às aldeias. Marcos Terena observa, porém, que tudo ainda depende de um aval da sociedade branca, e como não há vínculo ideológico com agremiações partidárias, qualquer partido será aceito, sem discriminação, como instrumento de luta para viabilizar a participação do índio na Constituinte.

Funai

Marcos Terena, que fez ontem uma palestra sobre Constituinte para os alunos de Indigenismo da Funai, na sede da Funcep, não poupou críticas ao órgão do Ministério do Interior que, a seu ver, não deve ser extinto, mas totalmente reformulado e fortalecido. Para isso, no entanto — observa — é indispensável a participação dos próprios índios. Ele acentua em primeiro lugar que no Brasil é impossível se fazer uma política indigenista padrão, pois há hoje 160 idiomas indígenas com cada uma dessas sociedades vivendo segundo características muito próprias. "A Funai tem uma estrutura viciada, e qualquer pessoa que queira renovar é discriminada", daí a importância de os índios se unirem para mudá-la e fortalecê-la.

O que se vê hoje, segundo ele, não é um processo de mudança, para melhor, dentro do órgão, mas sim a sua desmoralização e, conseqüentemente, um golpe na consistência do movimento e da cultura indígenas. Ele disse que, por isso mesmo, relutou muito em sair da Funai para o Ministério da Cultura, pois já percebia que o órgão estava "definhando" e era preciso fazer um trabalho sério para recuperá-lo. "Ninguém acredita na Funai, nem os índios", observa, citando entre essas estruturas viciadas o próprio fato de o índio, em seu processo de aculturação, não ser consultado por exemplo sobre qual a profissão que pretende seguir. Ele contou ainda episódios que ele próprio viveu nesse processo, quando se sentia discriminado como índio e, à época, "ficava mais orgulhoso" quando era confundido ou chamado de "japonês". Isso é produto de uma distorção que, conforme enfatiza, tem que ser combatida, sendo necessário para tanto que se planeje uma educação voltada para o índio. Ele defende ainda que, especialmente em cidades próximas às comunidades indígenas, seja incluída no currículo das escolas uma matéria relativa à cultura indígena, "para as crianças saberem que, apesar de diferentes, os índios têm uma história".